

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.645, DE 1999

Acrescenta os arts. 59-A e 59-B à Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir, no conteúdo programático dos cursos formadores de profissionais docentes, as disciplinas “noções da linguagem braille” e “noções de linguagem dos surdos e mudos”, e dá outras providências.

Autor: Deputado Pedro Fernandes

Relator: Deputado Flávio Arns

I - RELATÓRIO

Este projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Pedro Fernandes, altera a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, LDB, para determinar a inclusão das disciplinas “noções de linguagem braille” e “noções de linguagem de surdos e mudos”, nos cursos de formação de professores.

O projeto de lei foi, inicialmente, encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família, onde recebeu duas emendas de redação. Essas emendas substituem, na ementa e no art. 59-A, a expressão “linguagem dos surdos mudos” pela expressão “Língua Brasileira de Sinais”.

Esgotado o prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

II - VOTO DO RELATOR

Nossa ponto de vista é simpático ao mérito do projeto de lei em questão, uma vez que os mestres devem estar aptos a usar a Língua Brasileira de Sinais, além de conhecer o braille.

O projeto de lei, entretanto, não é a proposição adequada para o encaminhamento da matéria, no âmbito do Congresso Nacional. De fato, a inclusão de disciplinas em currículo foi tema de discussão nesta Comissão e objeto de súmula, aprovada por unanimidade.

Reza a súmula:

“Quanto ao ensino fundamental, a competência da União é constitucionalmente limitada à fixação de currículos mínimos, de maneira a assegurar 1º) formação básica comum e 2º) respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais. O resto, inclusive no que se refere à educação infantil e ao ensino médio, é problema dos sistemas de ensino e das próprias escolas, as quais têm o dever de construir um currículo a partir de sua proposta pedagógica.

As universidades têm autonomia para fixar os currículos dos seus cursos e programas.

De um modo geral, por força do disposto no art. 9º, § 1º, c) e § 2º, c) da Lei nº 9.131, cabe às Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação.

Assim, como no caso precedente, o instrumento apropriado, aqui, também é a indicação (RI, art. 113).”

No entendimento da Comissão, portanto, o instrumento adequado é a Indicação, não o projeto de lei, quando se pretende a inclusão de novas disciplinas em qualquer nível de ensino.

Em vista do interesse da matéria, apresentamos como alternativa ao projeto de lei, proposta de indicação, em anexo, a ser encaminhada em nome da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Nosso parecer é, portanto, desfavorável ao projeto de lei e, portanto, às emendas a ele apresentadas na Comissão de Seguridade Social e Família, utilizando-nos, contudo, da expressão “Língua Brasileira de Sinais” ao invés de noções da linguagem dos surdos mudos, na proposta de Indicação.

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputado Flávio Arns
Relator

REQUERIMENTO

(Da Comissão de Educação, Cultura e Desporto)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à inclusão das disciplinas “Língua Brasileira de Sinais” e “noções da linguagem braille”, nos cursos de formação de docentes.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo a inclusão de “Língua Brasileira de Sinais” e “noções da linguagem braille”, nos cursos de formação de docentes.

Sala das Sessões, em de de 200 .

Deputado Walfrido Mares Guia
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto

INDICAÇÃO Nº , DE 200
(Da Comissão de Educação, Cultura e Desporto)

Sugere a inclusão das disciplinas
“Língua Brasileira de Sinais” e “noções da
linguagem braille”, nos cursos de formação de
docentes.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

O Nobre Deputado Pedro Fernandes apresentou projeto de lei que introduz a inclusão das disciplinas “noções da linguagem dos surdos e mudos” e “noções da linguagem braille”, nos cursos de formação de docentes de todos os níveis.

Não cabe à Câmara dos Deputados inserir disciplinas nos currículos de diferentes cursos. Não poderia, porém, esta Casa, e especialmente a Comissão de Educação, Cultura e Desporto deixar de apoiar esta iniciativa, através da sugestão ora realizada.

Como argumenta o ilustre parlamentar autor do projeto de lei, o Plano Nacional de Documentação reconhece que “as escolas estão, em geral, desaparelhadas para o atendimento à Educação Especial”, e que “os professores não estão habilitados para este mister”.

O mesmo Plano Nacional de Educação admite que é perfeitamente possível a integração de alunos com necessidades especiais nas classes comuns. Estabelece diversas metas, dentre as quais a de “incluir no currículo de formação dos professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas que permitam uma capacitação básica para atendimento aos

portadores de necessidades especiais”.

Esta Comissão apoia as iniciativas do Ministério da Educação, no sentido de se aprimorar a educação especial, dando consequência ao previsto no Plano Nacional de Educação. De especial interesse vem a ser o Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Especial que, embora bem formulado atinge, apenas, 135 municípios brasileiros.

Por outro lado, o MEC elaborou, em conjunto com as Secretarias Especiais para a educação de alunos com necessidades especiais, o documento “Adaptação Curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais”, que subsidia a ação dos professores.

Por fim, o parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de nº 17/2001, aprovado em 3 de Julho de 2001, estabelece as Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica.

Embora meritórias e relevantes todas essas ações do MEC entendem o preparo de professores para a educação especial como um complemento à sua formação.

Nossa sugestão é a de que esses dois aspectos fundamentais da educação especial, a linguagem dos surdos e mudos e a leitura braille, sejam considerados essenciais para o treinamento de todos os docentes.

Uma vez que os alunos com necessidades especiais na educação, podem e devem, em sua maioria, ser atendidos nas salas de aula comuns, é indispensável que o treinamento de todos os mestres para a educação especial seja obrigatório e central à sua formação.

Sala das Sessões, em de de 200 .

Deputado Walfrido Mares Guia
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto